

Manchete

CRS 8,00 • N.º 1.151 • RIO DE JANEIRO, 11 DE MAIO DE 1974



em cores

PORTUGAL O FIM DE UMA DITADURA

Carlos
Lacerda
exclusivo
A REVOLUÇÃO
DE SPÍNOLA

RIO
100 ANOS
DE ZONA SUL

O General Antônio de Spínola,
chefe da Junta de Salvação
Nacional portuguesa



Manchete

Rio de Janeiro,
11 de maio de 1974
N.º 1.151 — Ano 21
DPF/DCDP — 244.P.209/73



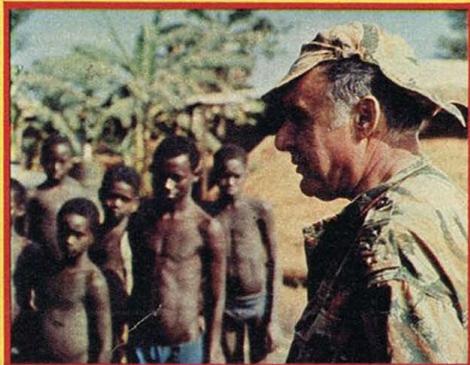
Gal Costa quer ter um filho divino-maravilhoso.



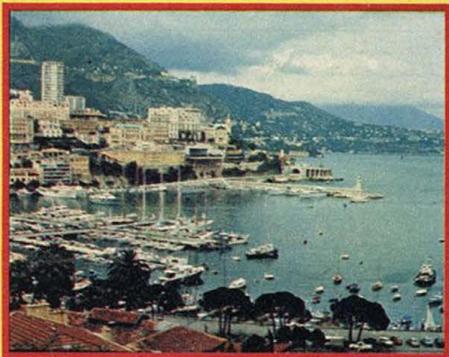
UMA DITADURA DE QUASE MEIO SÉCULO caiu, como um fruto maduro, na semana passada. Sinal dos tempos? Não. O mundo ainda está cheio de ditaduras. Apenas, algumas evoluem ao sabor das contradições ideológicas. Outras, se petrificam no sectarismo. Portugal permanecia preso aos anacronismos econômicos e políticos do corporativismo. O único fato moderno ocorrido na vida portuguesa, nos últimos anos, foi a eclosão da guerrilha em suas colônias. E é significativo que o novo líder português tenha saído exatamente da luta contra a guerrilha africana. Neste número, dedicamos grande espaço à revolução que depôs o regime liderado pelo Prof. Marcelo Caetano. E também publicamos um artigo especial de Carlos Lacerda sobre as razões do *putsch*. Não foi Lacerda quem prefaciou e editou o livro *Portugal e o Futuro*, do General Spínola? Quanto ao resto, o Rio comemora em silêncio um século de Zona Sul e justifica, cada vez mais, o seu título de Cidade Maravilhosa. Na próxima semana, estarei em Cannes, cobrindo o 28.º Festival Internacional de Cinema.

JUSTINO MARTINS

A queda da ditadura lusa e ascensão de Spínola (foto).



Para as noivas de maio, a moda já decretou a volta do branco.



Mônaco: Rainier comemora 25 anos de reinado.



O presidente do BB e outros explicam o sistema bancário do Brasil.



Antônio Rudge fotografou a cores a Zona Sul do Rio, que comemora 100 anos.



Raquel Welch rompe um segredo de 15 anos: seus dois filhos.

BLOCH EDITORES S.A.

Diretoria:
ADOLPHO BLOCH
OSCAR BLOCH KAPPELLMAN
PEDRO JACK KAPPELLER
Dirutores:
A. FERRARA
OIRCEU-TORRES NASCIMENTO
H. W. BERLINER
ISAAC EDUARDO HAZAN
MURILO MELO FILHO
Departamento de Jornalismo:
Director:
ARNALDO NISKIER
Director Responsável:
NELSON ALVES

MANCHETE
097/DCDP-364 9/209/73
DIRETOR-EDITOR:
JUSTINO MARTINS
DIRETOR-EXECUTIVO:
ZAVI GILHEDES
REDATORES:
R. Magalhães Júnior, Roberto Magalhães,
Maurício Gomes Leite,
Nelson de Sá, Oscar Wilson Cunha

REPÓRTERES:
Ney Bianchi,
Ibrahim Sued, José Rodolpho Câmara, Durval Ferreira,
Sergio Ross, Dicono Soares, Celso Kinjô,
Fernando do Corso, Marco Aurélio Borba,
Irineu Guimarães, Atanéia Feijó.
COLABORADORES:
Pedro Mendes Campos,
Pedro Bloch, Flávio de Aquino.
ARTE:
Wilson Passos
FOTOGRAFIA:
Nicolau Drex
PRODUÇÃO:
Nelson Sampaio
PROMOÇÃO E PROPAGANDA:
Francisco Lins
CIRCULAÇÃO:
Francisco Távora Heitmann,
Antônio da Costa Filho
DEPARTAMENTO COMERCIAL:
Roberto Vasconcellos,
Paulo Pouchinha
PUBLICIDADE:
Roberto Werneck Antunes,
Francisco Augusto Nascimento
MARKETING:
Marlene Bregman
ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO:
Rua do Russel, 804
Tel.: 285-2012
Telex: 031-785, Rio de Janeiro
CIRCULAÇÃO:
Rua Frei Caneca, 511
Tel.: 235-4355 e 231-3965, Rio de Janeiro

PARQUE INDUSTRIAL:
Rua Cordovil, 520, Lucas
Tel.: 391-6000, Rio de Janeiro
DISTRIBUIÇÃO:
Distribuidora Imprensa Ltda.
Rua do Resende, 100
Tel.: 244-3177, Rio de Janeiro
BRASILIA:
Setor de Indústrias
Gráficas, lote 939. Tels.: 23-8163 e
23-8758
SAO PAULO:
Salomão Schwartzman,
Expedito Grossi
Rua 24 de Maio, 35, 11.º andar.
Tel.: 37-9591. Telex: 021-416
MINAS:
Lúcio Portella
Av. Afonso Pena, 1.500, 16.º andar.
Tel.: 24-7107, Belo Horizonte
RIO GRANDE DO SUL:
Edgard Wallau Júnior
Rua Otávio Rocha, 115, 18.º andar.
Tel.: 244-744, Porto Alegre.
PERNAMBUCO:
Maria Daisy Cavalcanti
Av. 4 de Outubro, 62. Tel.: 228-807, Recife
BAHIA:
Carlos Olympio de Azevedo Neto
Rua Chile, 22 - 1.º andar
Tel.: 3-7787 - Salvador
PARÁ:
Isaac Soares
Rua Campos Sales, 268, conj. 901
Tel.: 22-6645

PARANÁ:
Boyard Oana
Rua Marechal Deodoro, 211, conjunto 805
Tel.: 24-8263, Curitiba.
NOVA IORQUE:
Sérgio Alberto Cunha
650 Fifth Avenue, room 1.302
New York — NY 10.019. Tel.: 246-8870 e
246-8871, Telex: NCA-224440
W.U.I.: 62464
PARIS:
Sylvio Silveira
42, Cours Albert-1er
Séme étage-droit, Paris 8
Tel.: 256-3243 e 256-3223, Telex: 28240
LISBOA:
Mário do Amparo
Rua Castilho, 77 — Loja 3
Tel.: 56-3181 e 56-3182, Telex: 1213
MÉLÃO:
Daisy Benvenuti
Largo Corsia del Servi, 11
Milano 20121 — Itália
Tel.: 79-4311
TÓQUIO:
Angel Esteves Dominguez
Gotanda Daiwa Mansion Room, 503
10-15, Higashi — Gotanda 1 — Chome
Shinagawa-Ku — Japão
Tels.: 445-4375 e 445-4383

UM NOVO PORTUGAL

Nossos enviados especiais, DIRCEU NASCIMENTO e FRANCISCO TÁVORA, acompanharam a queda do governo liderado pelo Professor Marcelo Caetano e assistiram à ascensão ao poder do General Spínola, sob a alegria popular

Num golpe de estado relativamente rápido, que durou pouco mais de doze horas, as Forças Armadas portuguesas derrubaram uma das mais antigas ditaduras do mundo moderno. Com a deposição do Primeiro-Ministro Marcelo Caetano, que arrastou consigo o Presidente Américo Tomás, Portugal libertou-se do regime instalado há 48 anos pelo falecido António de Oliveira Salazar. As causas do movimento militar do dia 25 de abril são muitas, mas a principal foi a política colonialista que era mantida por Marcelo Caetano em termos de salvação nacional. Insurgindo-se contra o sistema, o General António de Spínola, ex-governador da Guiné e ex-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, publicou em fevereiro um livro que foi o estopim da crise. Depois do golpe, Spínola assumiu a chefia da Junta Militar que passou a governar o país



Nas ruas de Lisboa (acima) um jovem soldado faz o V da Vitória depois dos primeiros movimentos de tropa que deram a certeza de que o regime salazarista estava deposto. À direita, o General António de Spínola, que foi chamado pelos militares para chefiar a Junta de Salvação Nacional.

Fotos de Carlos Gil, António Ferreira, Eduardo Gageiro, Miranda Castela, António Duarte, Júlio Dinis, Volkhart Muller, Telimprensa e Liaison





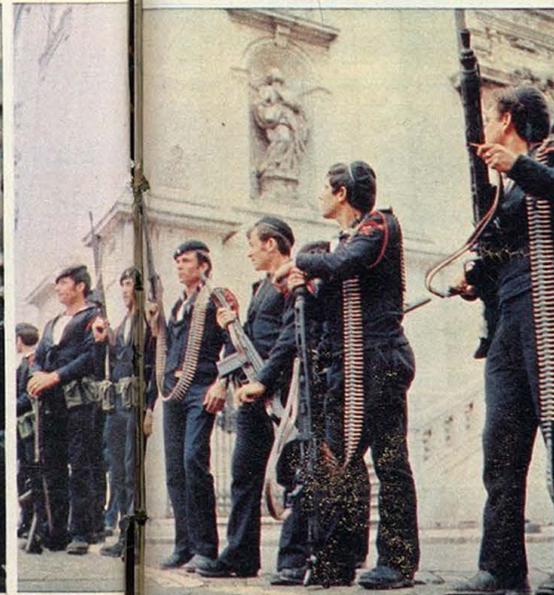
Tropas da Marinha ocuparam pontos estratégicos nas ruas de Lisboa. O povo saiu de casa para confraternizar com os soldados e dar vivas às Forças



Armadas. Atendendo aos apelos da Junta que passou a governar o país, não houve tumultos de qualquer espécie.



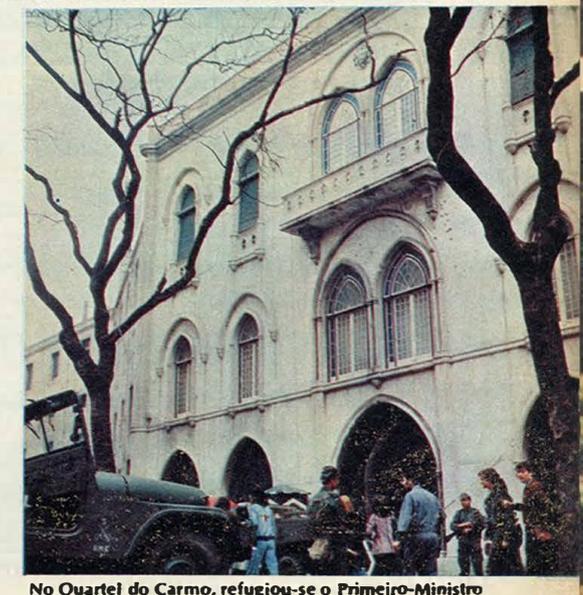
Os tanques desempenharam importante papel no movimento militar, ocupando facilmente todos os pontos estratégicos da capital. Os soldados



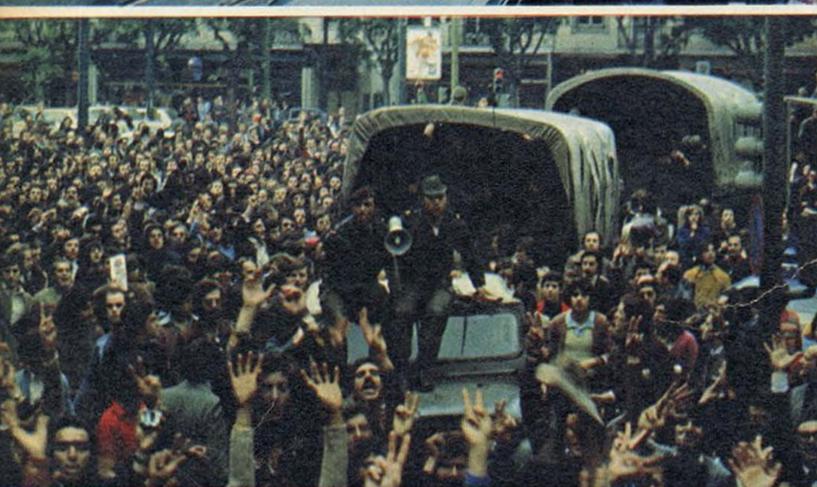
rebeldes estavam fortemente armados.

A ação dos rebeldes foi tão rápida e fulminante que não houve tempo para os salazaristas tentarem qualquer articulação

Em seu aspecto militar, o movimento do dia 25 de abril em Portugal foi quase um desfile, cuja finalidade era mostrar a disposição das tropas para uma luta que afinal não chegou a haver. Foram pouquíssimos os focos de resistência em todo o país, pois nenhum português desejava morrer em defesa do regime salazarista. Tanto o Primeiro-Ministro Marcelo Caetano como o presidente da República, Almirante Américo Tomás, esperaram inutilmente que de algum ponto surgisse a possibilidade de uma reação ou acordo.



No Quartel do Carmo, refugiou-se o Primeiro-Ministro Marcelo Caetano. Dali saiu para o desterro.



As ruas de Lisboa, já ocupadas pelas tropas do movimento vitorioso, foram também tomadas pelo povo que desejava participar da data histórica. Ao centro, o Largo do Rocio, e acima, os soldados orientando pelos megafones a multidão que delirava.



A juventude foi a primeira parcela do povo a aderir abertamente à causa do Movimento das Forças Armadas, saindo pelas ruas com suas bandeiras e hinos, incentivando os soldados a derrubar o regime salazarista.

CONTANDO com o apoio integral do povo, o golpe de Lisboa foi um dos mais ordeiros de que se tem notícia na História



Esta é a época em que os presentes devem dizer Amor.



Anel de Ricardo Mattar, 1º prêmio no Concurso Diamantes Hoje, agora como destaque da Coleção Diamantes 74. Um presente de amor por um preço bem razoável.

Presentes da

Maio e junho estão cheios de bons motivos para bons presentes. Presentes inesquecíveis que devem dizer amor. Jóias com diamantes. E a Coleção Diamantes 74 tem tudo o que você precisa para não deixar estas datas passarem em branco. São mais de 70 jóias para você escolher, por preços a partir de Cr\$ 600,00 e até Cr\$ 6.000,00. Anéis, broches, pulseiras, relógios criados pelos melhores estilistas brasi-

Coleção
Diamantes

74

leiros. E agora, tendo como destaque, a jóia de Ricardo Mattar, vencedora do Concurso Diamantes Hoje. Procure o símbolo da Coleção Diamantes 74 na vitrine do seu joalheiro. Ou escreva para o Centro de Informações de Diamantes (Avenida Presidente Vargas, 642, 21.º andar, Rio de Janeiro, GB), pedindo um catálogo da Coleção Diamantes 74. É época de presentes de amor.

Os tanques se colocaram estrategicamente para uma batalha que não houve



NA Rua do Arsenal, onde se encontram os ministérios, três tanques das forças rebeldes defrontam-se com dois tanques ainda fiéis ao governo de Marcelo Caetano. No meio deles, um soldado do Exército estende os braços, pedindo que ninguém atirasse, e que se aguardasse a decisão das autoridades militares de ambos os lados. Atitudes como esta evitaram o derramamento de sangue em Lisboa.

A perfeita união entre o Exército, Marinha e Aeronáutica foi o fator decisivo da vitória

INICIADO simultaneamente em três pontos do território português, o golpe militar facilmente atingiu o centro de Lisboa, pois uma das guarnições revoltadas ficava a poucos quilômetros da capital. Para prevenir qualquer contragolpe, os revoltosos usaram tropas das três armas, garantindo assim a deposição do governo Marcelo Caetano de forma rápida e segura.



No Terreiro do Paço (à esquerda), um comandante de tanque fiel ao governo deposto se rende. Ao centro,



tropas de artilharia chegando para ocupar o quartel do Carmo. A direita, o

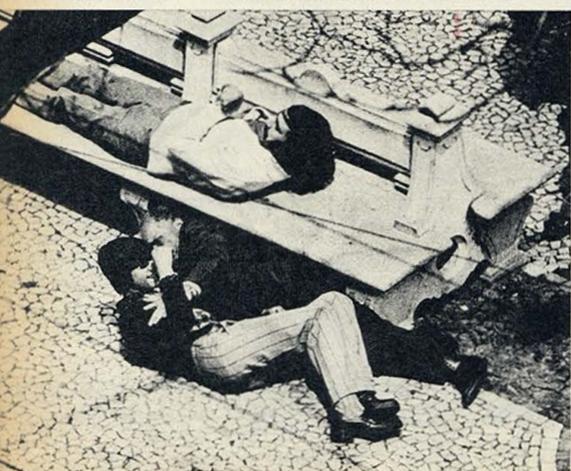


Largo do Corpo Santo, onde se verificaram alguns disparos.



Durante o Movimento das Forças Armadas, os aviões (foto maior) e os tanques garantiram o sucesso das tropas revoltadas contra o governo.

Nas fotos abaixo, cenas ocorridas durante os raros tiroteios, com jovens feridos e manifestantes procurando proteção no solo. O número de mortos foi mínimo.



Acima, a multidão em frente ao Quartel-General da Guarda Nacional onde se refugiou o Sr.

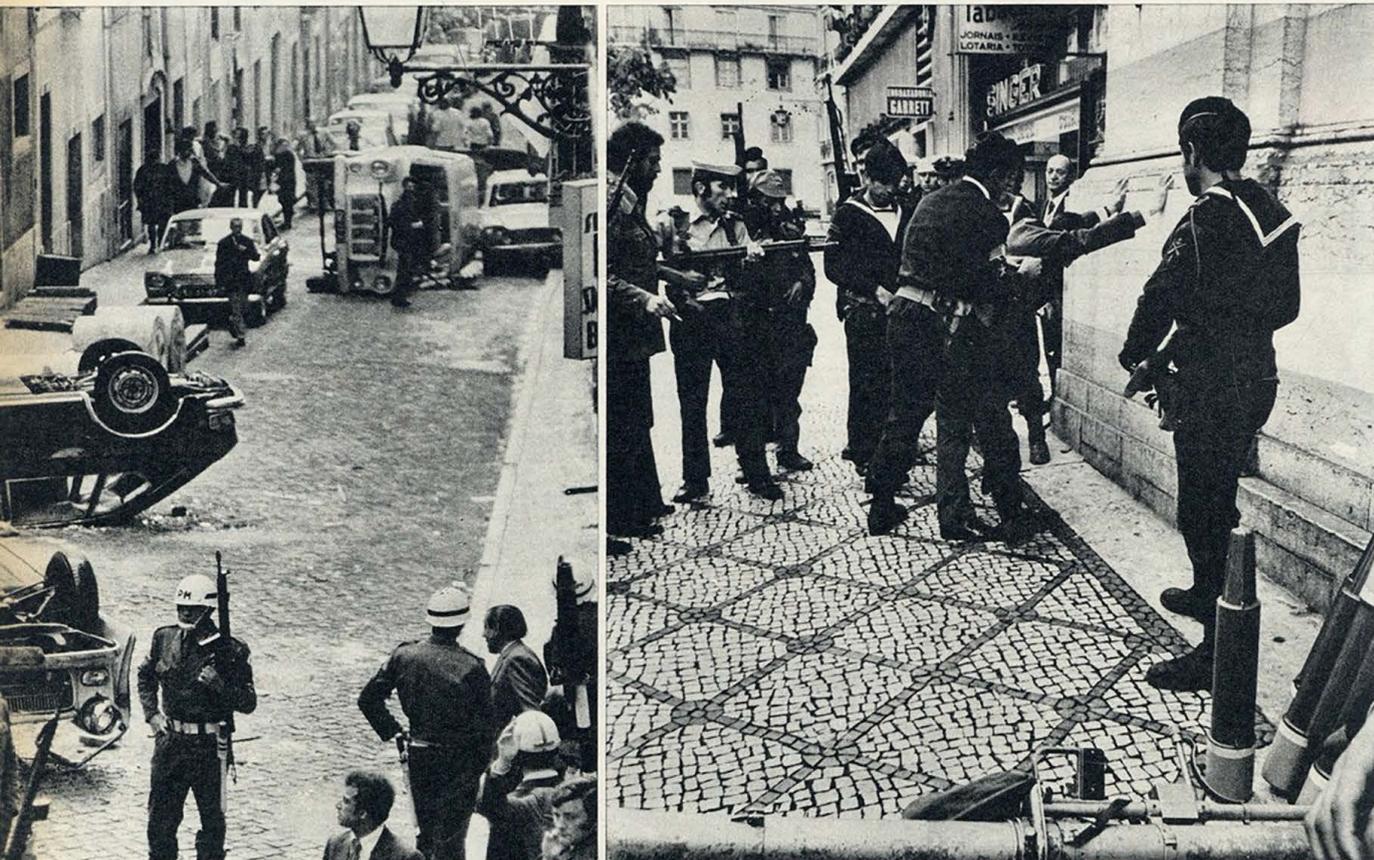
Marcelo Caetano. Embaixo, à esquerda, estudantes diante da Igreja do Corpo Santo. A direita, entrada das forças revoltosas no quartel da ex-PIDE.

REFUGIADO no Quartel da Guarda Nacional, Marcelo Caetano ouvia a multidão lá fora exigindo sua prisão

APESAR da rapidez dos movimentos, e da quase nenhuma resistência oferecida pelo governo deposto, registraram-se alguns tiroteios nas ruas de Lisboa, causando poucos mortos e feridos. Os conflitos mais violentos verificaram-se nas proximidades do quartel-general da Direção Geral de Segurança, a ex-PIDE, onde se concentraram alguns policiais dispostos a matar e a morrer pelo regime ao qual serviram durante vários anos. Entre os populares, os raros tiroteios se deviam mais à falta de informações do que realmente a uma disposição para a luta. Foi com alívio que Portugal viu cair a ditadura de 48 anos.



Depois de ter sofrido durante vários anos a violência da Polícia Política, o povo português procurou ajustar contas com os seus elementos mais conhecidos



Na Rua das Gáveas, o povo virou a camioneta do jornal governamental Época e destruiu diversas viaturas policiais. A direita, membros das Forças Armadas desarmam um elemento da DGS (Polícia Política) que havia escapado mas terminou preso na Rua Garret.



Acima, um inspetor da DGS negocia a rendição de seus comandados no Chiado. Na foto maior, à direita, um agente da PIDE detido na Rua António Maria Cardoso, junto à sede da Polícia Política. Sua pistola estava escondida na cueca e o povo quase o linchou, sendo necessária a interferência dos militares.

DURANTE 48 anos, o longo braço da lei em Portugal foi a sua Polícia Política, conhecida primeiramente como PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) e depois como DGS (Direção Geral de Segurança). Contemporânea e sobrevivente de suas colegas, a Gestapo de Hitler e as squadri de Mussolini, a polícia portuguesa podia ser eficiente — e o era — na exata medida em que se tornava detestada pelo povo. Por isso mesmo, na manhã do dia 25, quando caía o regime do Sr. Marcelo Caetano, o povo concentrou a sua ira contra os representantes mais próximos do poder vencido. Os agentes identificados pelos populares eram agredidos e presos, e apesar dos exageros cometidos, nem todas as dívidas foram pagas, pois os crimes da ex-PIDE são tantos — e tão repugnantes — que em apenas um dia seria impossível acertar todas as contas. Os próprios militares que deram o golpe de estado sabiam que a corrupção mais óbvia e a violência mais repulsiva estavam justamente entre os policiais, que, como em todos os governos de força, aproveitam-se da missão de manter a ordem para cometerem os mais criminosos desatinos. O regime salazarista ficou conhecido internacionalmente muito mais pelas violências da sua Polícia Política do que pelo saneamento financeiro que o ex-professor de Coimbra imprimiu na economia portuguesa.



UMA das primeiras medidas tomadas pela Junta de Salvação Nacional foi a libertação dos presos políticos



Defronte a um dos quartéis da DGS (ex-PIDE), o povo se concentrou para desabafar sua ira reprimida durante mais de 40 anos. Embaixo, à esquerda, o historiador e ex-jornalista José Manoel Teugarrinha, um dos presos políticos, pouco antes da sua libertação, no pátio da prisão do Forte Caxias. À direita, outros presos fraternizando-se com os jornalistas.



Ao tomarem conhecimento de que os prisioneiros políticos seriam soltos, os jovens de Lisboa — bandeira portuguesa nas mãos — seguiram para o Forte Caxias aos gritos de "viva a liberdade!" e cantando hinos patrióticos. Sem esconderem sua alegria, eles foram aplaudidos pelo povo.



MILITAR da
escola romântica, o
General António Spínola
recebeu há tempos o título
de soldado número
um de Portugal

O General António Spínola recebeu, há tempos, um título que confunde aqueles que procuram compreender a sua personalidade. O governo do Sr. Marcelo Caetano deu-lhe a denominação oficial de "soldado número um de Portugal". Como o país não estava em guerra declarada contra nenhum outro, e como o governo não admitia a existência de lutas nas colônias ultramarinas, o título conferido ao general seria apenas honoris causa. Entretanto, António Spínola fez, com a pena, o que talvez nunca teria conseguido com a espada: derrubou o regime salazarista. Seu livro, *Portugal e o Futuro*,

foi o estopim e a bomba ao mesmo tempo. Para não cair no caos, os militares que deram o golpe de estado apelaram para o soldado número um. Spínola merece o título por vários motivos. É um militar da escola romântica (que a Primeira Grande Guerra havia eliminado no resto da Europa), com monóculo, bastão e idéias assentadas. Seu amor à carreira das armas sempre foi edificante: ele serviu em 1935 na Espanha, como voluntário, combatendo ao lado das tropas franquistas. E serviu também com os alemães, na campanha contra a Rússia. Portugal não fazia guerras, mas António Spínola só se sentia bem no meio delas.



Horas antes de tomar posse na chefia da Junta Militar que governa o país, o General Spínola foi ao barbeiro para ficar bem ajeitado.



A fama de António Spínola começou a crescer quando governou a Guiné durante muitos anos. Formado no mais rígido militarismo, ele conseguiu a estima de seus comandados e percebeu que as lutas antiguerrilha, na África, eram uma causa perdida.

O DIA MAIS LONGO DE LISBOA

Foi o dia mais longo de Portugal.

Começou exatamente há 48 anos, mas levou apenas 13 horas e 22 minutos para terminar. Foi este o espaço de tempo entre a difusão pelo rádio do primeiro comunicado do Movimento das Forças Armadas e a rendição final do governo Caetano. Terminava ali o que tinha sido, para duas gerações de portugueses, um pesado sono de quase meio século, apenas sobressaltado e transformado em pesadelo pela truculência de sua onipresente polícia política e, nos últimos 13 anos, pela guerra no Ultramar. Terminava também o torpor de um povo que, quando se expressava nos cafés, aos cochichos, sobre seus governantes, só se referia a Marcelo Caetano como "este" e a Oliveira Salazar como "o outro" — como se a simples menção dos seus nomes pudesse açular suspeitas e represálias, o que não raro acontecia. Mas foi um povo que soube despertar, e logo ao primeiro toque do clarim: a publicação do livro *Portugal e o Futuro*, de autoria do General António de Spínola, denunciando a falência do governo em solucionar o problema do Ultramar e expressando de forma bem pessoal o sentimento de revolta incubado num dos setores mais melindrosos das Forças Armadas — o dos capitães. Quase imediatamente, ouviu-se o segundo toque: a tentativa de levante no Regimento de Infantaria 5, em Caldas da Rainha, na madrugada de 15 para 16 de março último, quando capitães e majores detiveram o comandante e o subcomandante e saíram em coluna na direção de Lisboa, a cerca de 80 quilômetros de distância. Poucas horas depois, o movimento abortou pela falta de apoio de outras unidades importantes. Os oficiais rebeldes foram imediatamente presos. E foram esses mesmos oficiais os primeiros a serem libertados assim que o Movimento das Forças Armadas se pôs em ação, na madrugada de quinta para sexta-feira.

Quase simultaneamente foram tomados militarmente os primeiros objetivos: a sede-emissora do Rádio Clube Português, o Quartel-General e o Comando da Região Militar de Lisboa. Eram três horas da manhã. Uma hora e meia depois, a emissora interrompeu a sua programação normal e irradiou o primeiro comunicado, exortando a população que se conservasse em casa e na maior calma possível. Ao nascer do sol, já estavam tomados o aeroporto, a Radiotelevisão Portuguesa e vários quartéis. Pontos estratégicos da cidade foram ocupados e as principais entradas e saídas postas sob controle, só se abrindo para a passagem dos tanques e das colunas vindas das bases militares próximas a Lisboa.

As primeiras pessoas que acordaram e se dirigiram ao trabalho, pensando ser aquele um dia como os outros, viram o seu caminho bloqueado ou depararam com a falta dos ônibus e trens. A notícia começou a se espalhar, mas não mais aos cochichos. Os poucos cafés abertos receberam os seus habituais clientes, mas a sinfonia

dos pires e xícaras parecia agora um canto de guerra. Houve também uma corrida às mercearias — estoques inteiros de azeite e bacalhau se esgotaram em minutos. A esta altura, o Banco de Portugal havia sido tomado pelo movimento, e os outros bancos simplesmente não abriram, mas isso não constituía problema: o dinheiro parecia secundário, agora que já não havia o que comprar. Por volta das 9 horas, houve uma troca de tiros entre algumas forças da Polícia de Segurança Pública e soldados do Movimento das Forças Armadas, perto do Ministério da Marinha. Centenas de pessoas ali postadas, observando — e torcendo — saíram em disparada. O rádio anunciava seguidamente a recomendação de que a população se conservasse em casa e alertou as forças inimigas de que não deveriam opor qualquer reação ao movimento. Em caso contrário, seriam sumariamente esmagadas e a elas atribuída a responsabilidade por qualquer derramamento de sangue. Mas já então parecia inútil tentar conter o entusiasmo do povo, concentrado principalmente nos Largos do Carmo e do Camões, confraternizando com os soldados e vendo em cada tanque uma expressão bem-palpável dos seus sentimentos. As emissoras de rádio, naquelas horas, devem ter superado todos os seus índices de audiência. A cada comunicado do movimento — encerrado com um "Viva Portugal!" cada vez mais incisivo — sucediam-se marchas militares e as canções de José Afonso, o cantor de protesto português, até então proibidas pelo governo que desmoronava. As 14h30min, o comando do movimento irradiou um balanço dos principais objetivos dominados e anunciou que o Primeiro-Ministro Marcelo Caetano e o Presidente Américo Tomás estavam cercados, respectivamente, no Quartel da Guarda

Nacional Republicana, no Largo do Carmo, e no Regimento de Lanceiros 2. Os canhões apontados contra esses objetivos eram um convite à rendição dos governantes. Vários ministérios já haviam sido então ocupados, inclusive o do Exército, e presos os respectivos ministros. O cerco se fechava. Mas ainda iriam se passar três horas antes que caísse o reduto final — o quartel do Carmo, onde se refugiara Caetano. Foram talvez as três horas mais longas dos últimos 48 anos. Frente a frente, as forças da Guarda Nacional Republicana, ainda fiéis ao governo, e as unidades do Regimento de Cavalaria 3, de Estremoz, pareciam esperar apenas a ordem de disparar.

A resistência, no entanto, acabou quando a cavalaria impôs o seu maior poderio, obrigou a GNR a se render e abriu fogo para cima, a fim de não deixar dúvidas sobre as suas intenções. Às 18 horas, precisamente, o General Spínola entrou no quartel do Carmo. Pouco depois, Caetano deixou o quartel, dentro de um carro blindado. O comunicado seguinte do Movimento das Forças Armadas falava da rendição do "ex-Primeiro-Ministro Marcelo Caetano e de outros membros do seu ex-governo". Era o fim. O povo cantava nas ruas. Vários jornais circularam durante os momentos mais dramáticos daquele dia, relatando tudo quase em cima dos fatos. Não só a força expressiva das manchetes, como até a linguagem — objetiva, econômica em adjetivos — davam a entender que novos ares se respiravam. Um dos jornais, o *República*, estampava em rodapé, na sua primeira página, o aviso: "Este jornal não foi visado por qualquer comissão de censura." Um editorial na 3.ª página dizia: "Não saberiam nos jornais de um mês, sequer nos de um ano inteiro, todos os artigos ou notícias que a Censura, e mais recentemente, o Exame Prévio, nos

impediu de publicar. O público estava, de um modo geral, informado das limitações que diariamente nos eram impostas. Mas, em boa verdade, era-lhe impossível avaliar com exatidão até que extremos ia a ação dos serviços encarregados de amordaçar a imprensa, cuja prepotência se fazia sentir, indiscriminadamente, sobre os mais variados assuntos, inclusive naqueles acerca dos quais era totalmente imprevisível a sua atuação." A televisão, cujos noticiários até então eram lidos por locutores sombrios e impassíveis (os quais conseguiram empregar até aos resultados do futebol um ar de quem lê uma nota fúnebre), pareceu fazer parte, pela primeira vez, da sala de estar do telespectador: dois locutores, excitados, mas tentando parecer descontraídos, leram os últimos comunicados com evidente satisfação, fumando constantemente, nem se importando muito com alguns pequenos tropeços na locução... Ninguém se importou, na realidade. Ouvir a verdade era muito mais importante. No fim da noite, o movimento vitorioso divulgou uma proclamação na qual acusava o governo deposto de não ter definido objetivamente uma política ultramarina que conduzi-se a paz e de ter abusado do poder para alienar os cidadãos portugueses dos seus direitos democráticos. Cedo, de madrugada, uma Junta da Salvação Nacional, presidida pelo General Spínola, apresentou pelo rádio e televisão uma proclamação de responsabilidades. Entre estas, a de devolver ao país um direito que ele não conhece há duas gerações: a liberdade. Lisboa acordou mais cedo na sexta-feira. Como quem desperta de um pesadelo e começa a sonhar acordado. Como se explica que o aparentemente impossível tenha acontecido? Um governo nunca pareceu tão forte como o de Salazar, antes, e de Caetano,

depois — enfrentando uma velada hostilidade interna e uma aberta aversão externa como se se considerasse imbatível. No âmbito interno, o governante pareceu durante muito tempo ter difundido com sucesso a ideia de que a defesa do Ultramar significava a defesa da própria estabilidade do Ocidente. É certo, no entanto, que muitos cidadãos portugueses ficavam confusos ao saber que o Ocidente se opunha a ser "defendido" daquela forma.

ALÉM disso, o custo em vidas que a guerra provocava e a virtual aniquilação da juventude portuguesa parecia muito alto para uma situação sem perspectiva de mudança aparente. "O que adianta morrer, apenas para ver outros morrerem no futuro?" — perguntava o General Spínola em seu livro. Daí, o povo português não se tornou dócil politicamente como se pensava — apesar dos 48 anos de alienação forçada, da informação controlada com mão de ferro e dos sofismas divulgados pelo ex-governante nas suas habituais "conversas em família" pelo rádio e televisão. Nos cafés de Lisboa e do Porto, a política era o tema em quase todas as mesas. Embora confusos quanto ao Ultramar, podia-se notar facilmente o amargo desaproço pelo regime em todos os cidadãos articulados, manifestado não apenas nos eternos comentários sobre o custo de vida — terrível para os portugueses — como na absoluta falta de confiança no futuro. Minadas de tal forma as estruturas, não seria surpreendente que o regime caísse como um castelo de baralho. Mas foi, pelo menos para os observadores estrangeiros. E de se notar, no entanto, a tranquilidade com que os cidadãos despertaram para a nova realidade do dia 26 de abril, seguinte à vitória da insurreição. Como se há muito esperassem por ela. Mais precisamente, desde o dia 28 de maio de 1926.



Os veteranos das guerras africanas também saíram às ruas de Lisboa para apoiar Spínola.

O BRASIL E O REGIME SPÍNOLA

DATAM de 1961, ao tempo em que o Sr. Afonso Arinos Melo Franco era o Ministro das Relações Exteriores, os primeiros esforços da chancelaria brasileira no sentido de advertir a diplomacia portuguesa sobre os crescentes riscos, perigos e prejuízos para Portugal e para o Brasil na manutenção de uma política radical no Ultramar. Todas estas advertências e gestões caíram no vácuo, ao longo de toda uma década, tal o hermetismo em que o governo de Lisboa se fechava, surdo e quase indiferente aos clamores que se levantavam no mundo inteiro quanto à inviabilidade de uma vitória militar sobre os insurretos de Angola, Moçambique e Guiné. Em 1972, coube ao Chanceler Mário Gibson Barbosa, que participara pessoalmente dos esforços realizados 10 anos antes, executar uma estratégia diferente: já que não era possível levar o Ministério dos Negócios Exteriores de Portugal a transigir diante de uma pressão mundial o Itamarati se sentia suficientemente livre para uma ampla ofensiva de aproximação com a África Negra. Executá-la não foi fácil, por causa dos laços tradicionais, das afinidades, da gratidão que

sempre ligaram o Brasil a Portugal e que nos tornavam suspeitos aos olhos das jovens nações africanas. Apesar disto, o Embaixador Mário Gibson realizou uma maratona através do Senegal, Costa do Marfim, Togo, Daomé, Zaire, Nigéria e Quênia, com resultados realmente importantes e aos quais, somente hoje, se dá o devido valor. Abriam-se mercados, reaproximaram-se nações, tortaleceram-se confianças, mas sobretudo foi possível mostrar que o Brasil já não estava mais preso a um imobilismo tradicionalista ou a uma esclerose diplomática que tanto o afastara da África. Há seis meses, a crise do petróleo tornou ainda mais evidente a imposição dessa realpolitik: agora mais do que nunca, a diplomacia brasileira teria de pular sobre o Atlântico no rumo da África, do Oriente Médio e da Ásia, abrindo e ampliando o seu espectro de opções, contatos e apoios. Na semana passada, o golpe militar que depôs o governo de Américo Tomás e Caetano pareceu destinado, pelo menos a primeira vista, a varrer a intransigência no trato da questão ultramarina. Se isto realmente vier a acontecer, ficarão muito facilitadas as tuturas relações entre Brasil e Portugal — que nos últimos meses se

Salazar: avesso à realpolitik.



vinham tornando cada vez mais difíceis — mas sobretudo estará desimpedido o caminho pelo qual o Brasil pretende atrair a amizade do mundo afro-asiático. O General António de Spínola disse no seu livro famoso que "o Brasil é um país todo ele voltado ao futuro, experimentando hoje um admirável surto de progresso que cada vez mais reclama abertura ao mundo e a novos mercados para a sua economia crescente. Mercados que se situam em África, onde exatamente se encontra o mais hostil ambiente às nossas atuais concepções". Numa lúcida antevisão, acrescentou o novo líder português: "Cedo ou tarde, a diplomacia brasileira terá de escolher entre o nosso atual conceito de comunidade e os mercados que vem prospectando e tenta atrair. E no estádio atual, talvez não seja despropositado vaticinar que o agravamento do nosso horizonte pudesse vir a ser marcado pela entrada do Brasil no vazio que deixássemos."

A partir do instante em que o General Spínola assumiu o poder em seu país, não seria difícil prever, diante de todas essas tendências e antecedentes, qual a posição

do governo brasileiro em face do novo governo português. Foram necessárias apenas algumas horas de informações remetidas de Lisboa pelos diplomatas Fantinato Neto e António Amaral, que já respondiam pela nossa embaixada no intervalo entre a saída do Sr. Gama e Silva e a chegada do General Carlos Alberto Fontoura.

O Chanceler Azeredo da Silveira declarou-nos: "Dados os laços históricos e de formação que unem os dois países, as relações entre o povo e governo brasileiros e a nação e povo portugueses não podem senão ser consideradas como permanentes e, quanto ao afeto, imutáveis. Esses laços encontrarão sempre sua base mais sólida no respeito recíproco, na compreensão e na independência de suas decisões nacionais. Foi a isto que obedeceu o governo brasileiro quando se apressou em responder a nota do governo português." Era evidente, assim, que o Presidente Geisel esperava somente a chegada dessa nota protocolar do novo governo português para ser o primeiro no mundo a reconhecê-lo.

MURILLO MELO FILHO

ABRIL em PORTUGAL

PASSO a passo o chete da Junta de Salvação Nacional que assumiu o poder em Portugal executa o programa exposto no seu livro *Portugal e o Futuro*. Quem teve ocasião, de ler esse livro compreendeu, facilmente, que "Portugal não será mais o que era antes de 23 de fevereiro de 1974", data da sua publicação em Lisboa. É o que está escrito no prefácio que acrescentei, às pressas, sem tempo nem desejo de consultar o autor, para não lhe criar dificuldades, na edição brasileira que, afinal, conseguimos publicar.

A abolição da censura, à dissolução da polícia de delatores e torturadores, à libertação dos presos políticos — sem incluir, como fez Peron na Argentina, os condenados por terrorismo contra vidas humanas, seguem-se o compromisso de escolher um governo provisório, de convocar o povo à eleição de uma Assembleia Constituinte, de eleger um presidente da República e, no mais curto prazo possível, separar as Forças Armadas do poder político, a fim de não comprometê-las no processo de governar a nação. Tudo isto figura no livro do General Spínola. Tudo isto foi feito, estes dias, pela Junta que o autor chefiava. Como se sabe, nada inspira mais confiança do que a confirmação, no poder, daquilo que fora dele se prometeu. Até porque também se sabe ser difícil e raro cumprir, em tais condições, tais compromissos.

A ignorância reinante no Brasil sobre a história de Portugal, desde a nossa independência para cá, certa tendência a não tomar Portugal a sério, mantêm os brasileiros num misto de descendente ironia e sentimentalismo superficial, fazem com que frequentemente a gente ouça e leia barbaridades em relação aos acontecimentos que levaram à derrubada do governo de Marcelo Caetano e do próprio chefe do Estado, Almirante Américo Tomás.

País afogado pela História, Portugal, no entanto, sabe que o que a História esmaga também pela História se pode levantar. Ali, em relação ao Brasil, reina aliás tendência análoga, em sentido contrário. Num grau de ignorância que supera o nosso acerca de Portugal, muitos portugueses de alta responsabilidade encaram o Brasil como uma espécie de criança difícil, certamente prodigiosa, mas irresponsável. Em termos filosóficos poder-se-ia aplicar a esses o que me permitiu dizer a Salazar quando conversamos em 1964: "V.Ex.^ª", com a sua poderosa inteligência, não consegue entender o Brasil, não só porque não o viu nunca, como por outra razão mais profunda: V.Ex.^ª é um cartesiano, enquanto o Brasil é um país hegeliano. V.Ex.^ª pensa por silogismos luminosos e rígidos, o Brasil dá saltos, realiza sínteses entre contrários."

DE então para cá ainda mais me convenci dessa realidade. Até porque desconfo que uma revisão da chamada revolução cartesiana é mais necessária ao Ocidente do que, aos chineses, a revolução contra Confúcio.

O que se tem dito e escrito sobre Portugal, inclusive pela mão de eminentes publicistas, não raro tresvaria e desembocava nas generalidades mais primárias, exatamente porque não se faz um esforço para definir a situação portuguesa à luz dos antecedentes, dos condicio-

namentos, das realidades que se perfilam por detrás dos acontecimentos destes dias. Isto se deve, também, é claro, à longa vigência de uma censura monstruosa, que alienou grande parte da juventude em Portugal — exatamente a melhor parte, obrigando os melhores a se concentrarem nas atividades privadas, os mais afoitos, não necessariamente mais capazes, a se atirarem em atividades subversivas, e os mais incapazes, ou mais subversivos, a tentarem a escalada da tecnocracia numa vida pública prostituída, vergonhosamente falsa, a um carreirismo desenfreado, a uma adulação indecente ao chefe do governo — adulação que, afinal, não foi pequena contribuição a sua queda. Pois Marcelo Caetano foi, antes de tudo, vítima da desinformação que a subserviência e a lisonja fomentaram a seu redor, a tal ponto que superaram a rede de espionagem e a máquina de corrupção — esta sim, a arma mais eficiente de destruição dos regimes autoritários que, todos eles, sem exceção de um só, mais dias menos dia acabam por sofrer. A corrupção não é privilégio do governo autoritário, mas é a sua sombra inevitável; só se apaga quando se extingue o sol do seu poderio. Que há de mais propício à corrupção, que só prospera à sombra de seu cúmplice, o silêncio, do que a censura, e ainda mais, as apoteoses constantes a que se obrigam os governos ditatoriais para manter seu prestígio, baseado na força da propaganda e na propagação da força?

Tudo em Portugal começou por uma longa história que dificilmente se poderia resumir como fez Oliveira Martins. Para o velho de tendência socializante, quando em Portugal o liberalismo (de D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal, cujos ossos serviram a uma dança diplomática e a uma exibição propagandística), quando o liberalismo venceu o absolutismo (de D. Miguel, absolutista apoiado pelo populacho, precursor do populismo enquanto o liberalismo se apoiava na aristocracia do sangue e na inteligência), sentiu "a falta de uma base social sobre que levantar o edifício (do regime) representativo". Por outras palavras, o liberalismo tomou conta de um país

que estava socialmente incapacitado para viver-lo em sua plenitude. Aos frades sucederam, inclusive por lhes tomar as propriedades, os barões — "Sanchos Panças da sociedade nova", como escreveu o liberal Visconde de Almeida Garrett, no seu belo livro *Viagens na Minha Terra*. Era um país dominado por uma oligarquia sustentada na propriedade agrária, logo sucedida pela oligarquia bancária, a da finança — que até hoje domina Portugal e o mantém amarrado a meia dúzia de entidades financeiras, servidas por essa outra instituição local, da qual o Brasil conheceu os males, o bacharel com seu bacharelismo, as fórmulas tabelioas, o paternalismo cartorário, as zumbaias, os salamaleques e uma retórica zumbidora. Daí o caráter antimonopolístico e antinegociista da ação da Junta em suas primeiras manifestações em público. Sem destruir monopólios e acabar com o negociismo o General Spínola não poderia cumprir o programa que traçou para a África Portuguesa.

As transformações tentadas ao longo do século 19 para converter o país exausto, esvaziado pela estupenda aventura dos Descobrimentos, amarrado à Inglaterra que recebeu, via Lisboa, as riquezas do Brasil e herdou os despojos do império na Índia e na África, só tomaram forma política definida com a proclamação da República, em 1910.

MAS a falta de uma estrutura liberal autêntica desencadeou, a partir dessa data, a nova tragédia portuguesa. Uma república de intelectuais, movidos por seus preconceitos filosóficos e doutrinários, esbarrou na realidade de um país solidamente conservador, no qual começou a luta dos extremos. A falta do proletariado, num país sem indústria, impedia o socialismo — como bem observou Oliveira Martins, mas não os desensofridos socialistas do seu tempo. A realidade retrógrada desafiada pela demência, por vezes generosa, mas irresponsável dos anarquistas, dos anarcosindicalistas, do extremismo de esquerda — seguindo a estúpida expressão consagrada, afixiu a tentativa democrática.

Atentados, assassinatos, golpes, conspirações, a sangria constante da emigração, a falta

de um mínimo de estabilidade para assentar reformas indispensáveis, tudo reproduzia — com a agravante da Primeira Guerra Mundial, de que Portugal participou com bravura mas sem nenhum proveito — aquela situação que um cronista já em 1492, oito anos antes da descoberta do Brasil, assim descrevia:

"Vossos reinos mal afortunados, nem livres, nem isentos, como outras terras, de costumes muitos que liberdade e franqueza tolhem... e ao povo leixais (antiga expressão que designa resíduos do que se deixou de colher) muita perda e dano com pouca liberdade e franqueza, tirando a faculdade aos vossos naturais por onde acham de viver (por onde possam viver), apertando-os em maneira que não possam levantar as cabeças e fiquem minguidos e pobres". (cit. p. Costa Lobo, *História da Sociedade no Século XV*, p. 283).

A intransigência que a partir de 1910 assumiu o poder com sede de desforra sobre tantos anos de obscurantismo e cega obediência, partiu para o extremo oposto. Sem embargo dos esforços de estadistas experimentados e de idealistas generosos, dos quais os mais conhecidos no Brasil foram Afonso Costa e António José de Almeida — este o orador empolgante que ao desembarcar no Rio agradeceu ao Brasil, em nome de Portugal, ter-se tornado independente — as lutas internas, as contradições e as violências que culminaram em tentativas de restauração da monarquia e no assassinato do Presidente Sidónio Pais na estação do Rocio, numa orgia política e na falência do parlamentarismo, afinal se pode resumir em dois movimentos de idéias reunidos em torno de duas tendências. Uma delas foi a do Integralismo Lusitano, de António Sardinha, cuja morte prematura deixou vaga a liderança, mas não o exemplo, seguido por um Luís de Almeida Braga, no seu monarquismo idealista e puro, ou um António de Oliveira Salazar, discípulo de Charles Maurras e, talvez, único maurrasiano a assumir o poder político para desenvolver as idéias do mestre reacionário francês.

ESSE integralismo, mais tarde macaqueado e desfigurado no Brasil por movimento de

igual nome, foi um movimento de prestígio a hierarquia social, à ordem política, mas apesar desses pressupostos, uma força de equilíbrio perante a qual se perfilava, como reação liberal-progressista, o outro movimento intelectual e político da época, do grupo da revista *Seara Nova*, fundado em 1921, em Lisboa, por personalidades como Raul Proença, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, o ilustre Jaime Cortezão. De Sérgio e Aquilino lembrou-me bem, bastante menos de Cortezão, que no entanto foi desterrado no Brasil, onde Júlio Mesquita Filho o acolheu e onde escreveu boa parte de sua obra. De Raul Proença ficaram páginas luminosas, a balizar o caminho das reformas que propunham, e, sobretudo, algo mais importante do que reformas propostas: a disposição de promovê-las.

Os integralistas ajudaram a levar ao poder, a partir da conspiração de 18 de abril de 1925, os que afinal lá subiram pelo golpe militar de 28 de maio de 1926, afinal gerador do Estado Novo em 1933 — outra expressão que foi macaqueada no Brasil em 1937, por um maurrasiano mal sucedido, Francisco Campos, orientador intelectual das Forças Armadas para o golpe de Getúlio Vargas, a 10 de novembro desse ano. O paralelo só existe nos nomes — integralismo, Estado Novo, não nas idéias e nos objetivos, a não ser, igualmente, no substrato de tudo isto, a resistência à renovação da sociedade.

Quando o General Gomes da Costa, que fora o comandante da Força Expedicionária Portuguesa na Primeira Guerra Mundial, jogou o seu prestígio para defender a nação contra a anarquia, o que antes haviam sido tentativas frustradas tornou-se um movimento vitorioso, a partir da cidade de Braga, no dia 28 de maio de 1926. As Forças Armadas tomaram conta do poder, num imperativo de defesa nacional contra a desagregação, a desmoralização, a miséria que crescia. O Presidente Bernardino Machado inclinou-se ante a derrota. Alguns republicanos ainda tentaram reação armada, em Lisboa e no Porto, em 1927. Mas o seu malogro só fez reforçar o poder na mão dos militares.

MAS, que militares? Afóra o que tinham em comum, que era ser contra a desordem, que exageraram, contra os riscos, que temiam demais, contra o empobrecimento do país pela demagogia, que era real e cada dia mais perigoso, não traziam um programa de ação. Precisavam de alguém que os inspirasse, que os liderasse, mesmo, na ação positiva a que todo governo se obriga para manter-se. Quando, só dois anos depois da vitória do movimento militar, foi escolhido um presidente da República, e a escolha recaiu no General Oscar Carmona — que viria a reinar como presidente da República desde 1928 a 1951 (23 anos) — este mandou chamar um jovem discípulo do Integralismo Lusitano, mas individualista demais para se arremeter num movimento liderado por outros, um professor de Finanças reputado, condiscípulo de figuras da Igreja, como Manuel Gonçalves Cezeira, depois cardeal bem conhecido por sua luta contra os desmandos do ateísmo militante, da maçonaria desenfreada e da reação excessiva contra os excessos do clericalismo

beato e retrógrado, e de jovens liberais, como esse extraordinário Nuno Simões, o ministro mais jovem de todos os tempos, em Portugal, hoje gratificado pelo tempo com o justo prêmio de ver por terra a ditadura que o marginalizou, perante a qual ele teve, como alguns outros, a dignidade de preferir o ostracismo em que envelheceu fiel a seus princípios ao êxito no sacrifício destes. António de Oliveira Salazar tomou posse, mas não pôde governar. Abandonou o governo e voltou para sua cátedra em Coimbra. Ou seja, fez o que Marcelo Caetano não quis fazer em direção oposta. Agravou-se, porém, a situação do poder militar feito poder político. Os militares foram novamente buscá-lo em Coimbra. Ele impôs suas condições e foram aceitas. Por isso mesmo, nem o próprio Carmona, nem, mais tarde, o General-Presidente Craveiro Lopes, tiveram êxito nas conspirações para derrubá-lo. O Exército foi, até o fim, fiel ao seu compromisso. E os líderes militares cediam lugar a generais promovidos segundo o grau de sua submissão. Só a guerra veio liberalizar de novo o exército, dando-lhe plena consciência de sua responsabilidade na defesa do povo e não apenas do governo.

Num discurso que não ocupa mais de uma página e meia de livro de formato comum, ele tomou posse no Ministério das Finanças, logo na Presidência do Conselho. Assim se apossou de um país por 45 anos (45 se contarmos da data em que tomou posse definitiva, 47 se contarmos da data em que, pela primeira vez, esteve no poder). Em menos de um ano fez cessar o déficit orçamentário que devorava Portugal e passou do prejuízo para um saldo de 283 mil contos portugueses da época, em vez dos 500 mil contos de déficit registrado em 1924. Foi o "milagre" português. Aqui importa notar a destruição de mais um mito da propaganda. Em vez da ordem, desde logo perpétua e perfeita, Salazar teve um período de governo muito perturbado. Desde 1926 a 1933 uma escala de pronunciamentos militares, de conspirações e imposições, turvam seu domínio. Mas, este é o valor do homem, que alguns oposicionistas, mais ressentidos que lúcidos não querem reconhecer: a perigosa, mas respeitável e rara doação que fez de si mesmo a seu país, essa entrega de sua vida à nação a que serviu. Destituído, como me permitiu dizer-lhe, da "glândula da liberdade", ele foi, porém, insuperável na dedicação canina ao poder que absorveu, e que o absorveu. Negar-lhe isto é criar condições para não compreender nada do que se passou em Portugal.

SOMENTE em 1933 Salazar conseguiu apossar-se completamente do poder em Portugal. É então que se instaura o Estado Novo — novo também em relação ao que houve antes, desde o movimento militar de 1926. Passou da inspiração federalista dos republicanos de 1910 a uma rígida concepção unitária do estado e da nação. Neste ponto, divorciou-se do federalismo integralista também. Católico, também se divorciou da Igreja. Discípulo do monarquista católico francês Charles Maurras, separou-se da monarquia, passando a encarnar, em lugar de rei ou príncipe, o próprio estado em sua pessoa.

A Junta de Salvação Nacional apresentando-se a Portugal através da TV: ao centro, o Gen. António de Spínola, que tem à sua direita o Gen. Costa Alva Rosa Coutinho; à sua esquerda, o Brig. Jaime Silvério e o Coronel Carlos Galvão de Melo.



"P

ORTUGAL, depois de descobrir mundos, acaba de redescobrir a liberdade, sem a qual eles se tornam inabitáveis"

AINDA há dias, por cacoete, uma alta personalidade do governo Marcelo Caetano se queixava a uns amigos de artigos que tenho feito sobre o livro do General Spínola, dizendo que eu estava "contra Portugal". É próprio dos regimes e das personalidades que tais regimes criam, confundir a pátria com eles mesmos, e a nação com suas deformações. Salazar instituiu em Portugal esse costume, que desde Pombal não mais se usava. Se um Tristão de Athayde criticava seu regime, aqui, ele estranhava sinceramente que um líder católico atacasse Portugal, país católico, como se queixou ao então Embaixador Henrique Dods-worth.

A história do regime de Salazar não teria cabimento aqui, agora. Dificilmente se poderá negar alguns méritos reais e do mais alto valor a Salazar. Porém são superados pelo saldo negativo, do qual o mais grave, sem sombra de dúvida, é o desábito da liberdade a que condenou o povo português em nome da defesa da moeda e outros materialismos grosseiros... Sob alegação da defesa dos valores espirituais da civilização cristã e ocidental, que justamente se assenta na liberdade do homem e no respeito a seus direitos, que um cristão chama de direito natural, por nascer com ele e lhe ser de tal modo inseparável que nem o próprio homem pode dele abrir mão — Salazar sufocou tais valores. E tudo isto, baseado em salários baixos e lucros fartos, em benefício de um escudo forte, e de uma ordem que existiu, que foi real, que se manteve durante longos anos, mas que não impediu a guerra nem realizou mais do que teria realizado a própria liberdade. Uma ordem afinal incapaz de garantir a Portugal nem segurança nem liberdade.

Realmente, não há obra hidrelétrica ou empreendimento turístico, não há Cabora-Bassa em Moçambique ou petróleo em Angola, não há ponte sobre o Tejo ou Instituto Técnico de Engenharia a estuar as praias do Flamengo e de Copacabana para o Rio de Janeiro, que não pudessem existir num regime de liberdade responsável e de legalidade legítima; não há aquele abuso de força que chama de lei tudo o que garante seu domínio sobre a consciência de cada um o direito de todos. Tudo o que se fez em Portugal, em matéria de desenvolvimento, poderia ter sido feito muito mais com liberdade, do que sem ela.

Quando afinal, por doença, Salazar teve de ser afastado do poder, reinando ainda como um morto-vivo durante algum tempo, de tal modo se desenvolveu em Portugal a arte da adulação e o temor de encarar o dever cívico, que, praticamente nada mais restava do que fora a agitação que motivou, em 1926, a ação fulminante das Forças Armadas. Mas, igualmente, quase nada restava da antiga flama. A corrupção, que jamais atingiu o próprio Salazar, homem rigorosamente honrado em matéria de dinheiro, como honrado foi e é o seu malogrado sucessor, Marcelo Caetano, campeava em Portugal. O tráfico de influências fazia-se nas mesas dos restaurantes de luxo, nos cochichos que substituíram os debates. As propostas de suborno eram encardadas com insuperável naturalidade. Ter uma "ficha" — o equivalente português do pistoão — era ter um meio de vida. A obrigação do juro baixo fez com que os banqueiros emprestassem a si mesmos, e desta forma, mesmo sem querer, ficaram donos de Portugal. As eleições eram uma farsa, as negociatas não. Como sempre, a própria guerra na África deu de ganhar a muita gente, e essa gente passou a ter

excessiva influência nos conciliábulos e conchavos de um governo que não dava acesso ao debate e pretendia manter a opinião pública tutelada e mansa. Assim, por medo dos riscos do debate, o sistema fez o governo sumir-se perante riscos maiores.

Havia em Portugal uma profissão nova, a das pessoas que vendiam, ou de preferência alugavam o seu prestígio junto ao ministro A, ou ao Assessor B, para conseguir tal ou qual favor, ou mesmo, tal ou qual direito. Ainda recentemente, um industrial, o Sr. Champallimaud, denunciou a corrupção na construção de estradas. Mas sua entrevista não pôde ser publicada, embora o chefe do governo nomeasse uma comissão de inquérito. Sucedendo a Salazar moribundo, um de seus discípulos e seguidores, o Professor Marcelo Caetano, mestre de Direito Administrativo, parecia trazer alento aos que confiavam numa tentativa de "abertura democrática" para o regime. Ele próprio já conhecera o ostracismo, e foi quando nos conhecemos. Fechou-se a terrível PIDE, a polícia dos torturadores e espíões sem qualquer escrúpulo, caluniadora e sádica. Mas logo se viu que ela continuava, apenas de nome mudado. A Assembléia Nacional pensou conhecer dias como os da chamada Primavera de Praga, quando os tchecos retomaram a liberdade que os tanques russos iriam logo depois esmagar. Mas, também em Portugal, a primavera não durou. Antes que secassem as giestas à beira das estradas, e as papoulas se fechassem nos verdes campos ensolarados, a Assembléia voltou a ser aquele mesmo ajuntamento anódino, onde alguns passavam o tempo incensando o governo, e outros faziam críticas serôdicas para coonestar a indignidade essencial a que uns e outros serviam. Era mais fácil ouvir críticas ao governo nas revistas musicais do Parque Mayer, onde tradicionalmente a censura permitia aos atores certas liberdades sem consequências para desabafarem cóleras e impaciências, do que na Assembléia, onde não chegava ninguém com idéias próprias, e, se chegasse, lá não se mantinha. O Deputado Francisco Balsemão, diretor do *Expresso*, foi disto testemunha e agente: renunciou por não poder dar representatividade a seu mandato. Outros que lá chegaram, como o Deputado Sá Carneiro, eram duplamente atormentados, de um lado pela impossibilidade de atuar contra o governo, de outro por uma oposição esvaziada de conteúdo democrático, colonizada pelos comunistas, desalentada pelo tempo decorrido, servida por tristes valetudinários e por uma juventude idealista mas inexperiente e desorientada.

Quando passaram mais do que uns poucos meses e a versão divulgada inicialmente na imprensa inglesa viu-se desmentida. O Sr. Marcelo Caetano pronunciou um discurso que, para os não iniciados, pareceu apenas uma agressão aos que divergiam de sua política na África e inclusive uma advertência ao Brasil: "Não pensem as Américas que a retirada de Portugal na África significaria governos amistosos e afins." Repetia o que Salazar me disse a propósito da decisão do Presidente Jânio Quadros e de seu Ministro Afonso Arinos, quando deram uma guinada brusca na política brasileira em relação a Portugal na ONU: "Pensem eles que serão considerados na África como líderes negros?" E havia um brilho de malícia nos olhos daquele velho que com sua voz me interpelava na modesta sala da casa em que por tantos anos curtiu sua solidão.

Nesse discurso de Caetano, ele respondia a um interlocutor invisível. A idéia de transformar Portugal numa federação — país em vários continentes, povo de muitas raças e credos — não é nova, disse ele. O próprio orador já lhe fora favorável. Mas, noutros tempos. Hoje, afirmou, no discurso que a alguns pós, como se diz, a pulga atrás da orelha, a conjuntura tornou anacrônica tal solução. Pois desde logo, ela teria de contar com a concordância dos guerrilheiros. E estes não concordarão, entre outras razões — estava veementemente implícito, se se pode dizer assim — porque os interessados em mantê-la, em municia-la, em abastecer a guerra na África como uma terida aberta no Ocidente, não deixariam que a guerrilha cessasse.

Quando, exatamente uma semana depois desse discurso, recebi no aeroporto de Portela de Sacavém um exemplar do livro que no dia seguinte faria sua breve e fulminante aparição nas livrarias de Lisboa, entendi a quem se referia Marcelo Caetano em sua contestação a um interlocutor não identificado.

Era o General Spínola. Era o seu livro. Por

tendem favorecer a instauração de repúblicas racistas em seu continente.

O oportunismo, que foi a marca da conduta política de Salazar, que lhe permitiu estar ao lado de Hitler e depois do lado de Roosevelt, sem faltar à aliança com a Inglaterra, manter Portugal fora da guerra mundial (a segunda) e dentro da guerra civil da Espanha, o que obrigou oficiais de carreira a seguir as determinações do governo, desde o General Humberto Delgado, que foi depois candidato da oposição, ao General Antonio de Spínola, que acaba de assumir o poder, foi imitado mas não pôde ser igualado por Marcelo Caetano. Em vez de oportunista, a conduta deste último foi de dúvida, de hesitação. Um governo que vacila leva a um poder vacilante.

AINDA recentemente se apontou, naquilo que as pessoas insistem, por simplificação, em chamar "a direita", uma manobra de Marcelo Caetano para contemporizar com ela, reunida em torno do velho Presidente Américo Tomás. Segundo o noticiário, o General Kaulza de Arriaga — preterido na sucessão de Salazar e rompido até pessoalmente com Marcelo Caetano — estaria liderando uma conspiração contra o governo. Este, por sua vez, se teria apoiado na corrente oposta, de liberalização e reabertura do processo democrático, liderada pelo General Spínola, para se manter no poder. Assim, Marcelo Caetano, em vez de se afirmar, preferia se equilibrar. Era a política da gangorra.

Quando passaram mais do que uns poucos meses e a versão divulgada inicialmente na imprensa inglesa viu-se desmentida. O Sr. Marcelo Caetano pronunciou um discurso que, para os não iniciados, pareceu apenas uma agressão aos que divergiam de sua política na África e inclusive uma advertência ao Brasil: "Não pensem as Américas que a retirada de Portugal na África significaria governos amistosos e afins." Repetia o que Salazar me disse a propósito da decisão do Presidente Jânio Quadros e de seu Ministro Afonso Arinos, quando deram uma guinada brusca na política brasileira em relação a Portugal na ONU: "Pensem eles que serão considerados na África como líderes negros?" E havia um brilho de malícia nos olhos daquele velho que com sua voz me interpelava na modesta sala da casa em que por tantos anos curtiu sua solidão.

Nesse discurso de Caetano, ele respondia a um interlocutor invisível. A idéia de transformar Portugal numa federação — país em vários continentes, povo de muitas raças e credos — não é nova, disse ele. O próprio orador já lhe fora favorável. Mas, noutros tempos. Hoje, afirmou, no discurso que a alguns pós, como se diz, a pulga atrás da orelha, a conjuntura tornou anacrônica tal solução. Pois desde logo, ela teria de contar com a concordância dos guerrilheiros. E estes não concordarão, entre outras razões — estava veementemente implícito, se se pode dizer assim — porque os interessados em mantê-la, em municia-la, em abastecer a guerra na África como uma terida aberta no Ocidente, não deixariam que a guerrilha cessasse.

Quando, exatamente uma semana depois desse discurso, recebi no aeroporto de Portela de Sacavém um exemplar do livro que no dia seguinte faria sua breve e fulminante aparição nas livrarias de Lisboa, entendi a quem se referia Marcelo Caetano em sua contestação a um interlocutor não identificado.

Era o General Spínola. Era o seu livro. Por

isto tratei de editá-lo, quanto antes, no Brasil. Não foi fácil. Não saiu tudo como desejaríamos, meus dedicados companheiros de trabalho e quantos se esforçaram por dar repercussão imediata, no Brasil, a esse verdadeiro manifesto de um movimento que, evidentemente, não tardava. Ao desembarcar no Galeão, lembra-me agora um amigo que lá estava, dei um máximo de quatro meses de sobrevivência ao governo de Marcelo Caetano. Errei por dois meses, 23 de fevereiro, data da saída do livro, a 25 de abril, data do movimento que levou ao poder a Junta de Salvação Nacional.

Mais erraram aqueles, como o diretor da Televisão Portuguesa, que observava a um jornalista brasileiro que eu estava dando importância demais a movimentos sem importância: o levante de Caldas da Rainha, tentado por não ter chegado a esses bravos a palavra de ordem para adiar o movimento derrotado pela guarnição dos soldados de Sacavém. "É apenas uma luta entre louças", disse o poderoso chefe da TV oficial, ironizando o fato de Caldas e Sacavém serem centros tradicionais de produção de cerâmica. Parece que a louça toda, a de Caldas e a de Sacavém, quebrou na cabeça de um governo que, à força de impor silêncio, acabou por não escutar o que ouviam todos aqueles que, como nós, estamos habituados a esses fenômenos.

O programa da Junta está contido na mensagem do General Spínola. No que se refere a todo o povo português, já começou a ser cumprido, com presteza e fidelidade a seus compromissos e a suas responsabilidades. O desábito da liberdade, porém, é uma ameaça ao seu exito.

Com que forças políticas, com que civis, em suma, irá contar o futuro governo português? Certo haverá gente capaz, mas quantos estarão descomprometidos? A passagem do poder, mais do que simples mudança de governo, deu-se com uma dignidade, uma grandeza que honra Portugal todo e em particular os personagens do episódio. Marcelo Caetano, na rendição, foi maior do que no governo, pois soube conferir ao ato de submissão à força que o venceu uma altura, que o faz merecedor do respeito devido aos que sabem perder com honra. O General Spínola, a quem não faltam as qualidades do político, pois político e estrategista são sinônimos, e a capacidade de prever, como a de intervir, são características do verdadeiro político, muito mais do que o oportunismo, as habilidades e as omissões subversivas — mostrou-se na prática ainda maior do que na teoria. Seu livro traçou uma trajetória. Ele a está seguindo com um exemplo vivo de serenidade e compostura, que só podem animar os que acompanhamos, com esperança e respeito, a sua atuação.

COMO se comportarão, agora, e para diante, opositores de verdade, aos quais não se pode negar valor e mérito, mas que nada conseguiram obter durante todo esse tempo? O movimento não foi misto, de militares e civis. Foi somente militar. As Forças Armadas resgataram agora o seu erro de 1926, como as do Brasil procuraram resgatar, de 1945 até 1964, o seu erro de 1937. Mas, nesse longo e penoso intervalo de omissão e submissão, o esforço civil, o esforço cívico, a que não faltaram muitos militares, embora faltasse a instituição como um todo, conferiu à redenção de abril um caráter de movimento cívico, muito mais do que simplesmente cívico-militar. O que, aliás, torna mais insólito o fato

da parte civil ser em tão larga proporção exercida por quem nada teve a ver com tudo isso e portanto, pode engolir qualquer coisa porque tem estômago para tudo — são os avestruzes de toda revolução, comem tudo, de tudo e por tudo. No movimento português, os civis só agora aparecem. É importante este fato, porque de sua maturidade política, de sua paciência — sopitando todas as legítimas impaciências de tantos anos de impotente esforço — depende o cumprimento da missão que se atribuíram as Forças Armadas de Portugal.

As alegrias desse abril em Portugal, ao colorido primaveril dessas multidões que redescobrem a liberdade, à surpresa de uma juventude oprimida pela angústia de servir numa guerra obscura e alienada — e quanto! — e como! — pela brutalidade e terror dos torturadores e dos espancadores; às perplexidades de uma classe empresarial que compreende a necessidade da mudança mas em parte tão habituada às malemolências da lisonja e da corrupção, junta-se a natural pergunta: qual será a reação do General Spínola e da Junta a que preside, se a liberdade se desmandar em desordem? O mínimo a prever é que ele não permitirá que a desordem novamente destrua, como destruiu antes, o intocável valor da liberdade. Não terá, como parece não ter, a superstição da ordem. Ou melhor dito, sabe, como está provando saber, que a verdadeira ordem se funda na convivência dos contrários e não na supressão de toda contrariedade; na inquietação fecunda e não na quietude abestalhada dos que se amansam pelo medo; no debate autêntico em vez do monólogo, que é uma forma monótona de interromper a paz podre do silêncio imposto.

MAS, não sendo um fanático da Ordem, não é um cúmplice da desordem. Se aceita a chefia de uma rebelião militar é por saber que o que o fere só com ferro será curado. Quem ler com atenção o programa do General Spínola saberá que a Junta de Salvação Nacional (e por isto não se chama de Perdição Nacional) não confunde a liberdade com o uso que dela se queira fazer para oprimir minorias e, muito menos, maiorias sufocadas pelo tumulto. Foi isto que matou, por um tempo que já vai longe, a liberdade que se havia reconquistado. As lições, hoje, correm mundo em pouco tempo e ninguém pode alegar que as desconhece. Certamente não alegarão ignorância os líderes, que vão ressurgindo do exílio, como esse bravo Sarmiento Pimentel, liberal em São Paulo, ou esse ardoroso Mário Soares, socialista em Paris. Aos comunistas importa mais "desmascarar" a Junta, isto é, forçá-la a endurecer o jogo, do que a ajudá-la a cumprir seus compromissos. Pois o cumprimento desses compromissos devolverá Portugal a uma concepção democrática da vida e da sociedade, e este não é um programa dos comunistas.

Aos oportunistas de todos os lados e matizes interessa corromper o esforço da Junta, que até por ser uma Junta abre o flanco a contradições e intrigas. O governo de Juntas tem sempre flancos abertos à intriga. Por isso mesmo, a idéia de escolher já um responsável único parece oportuna. Mas, na hora de eleger um presidente e escolher, este, um chefe de governo parlamentar — se o parlamentarismo for instituído, o que não é tão certo assim — quem serão os escolhidos? De onde sairão eles?

Estas e outras perguntas precedem o drama na África e de certo modo condicionam o seu desfecho. A questão da guerrilha na África é tão dramática que tende a atrair maior atenção do que o advento da liberdade em Portugal. No entanto — afinal as pessoas percebem isto, que é tão claro! — sem liberdade em Portugal não havia solução para a guerra na África. Um dia, esperamos que não muito tarde, se há de compreender que sem liberdade, isto é, sem que os interessados possam decidir, toda decisão é precária, por melhores que sejam as intenções de quem, por monopolizar o poder de decisão, transforma em usurpação o que devia ser redenção.

O General Spínola visivelmente vela para que isto não se dê em Portugal. A segurança serena mas aparentemente muito sólida, com que começou a tomar imediatas providências para dar execução ao programa que expôs no seu livro-manifesto, dá crédito à sua capacidade de cumprir o compromisso que, já agora, é notoriamente o das Forças Armadas de Portugal. Pediu aos conservadores que façam um esforço para entender e ajudar. Aos da "esquerda", que não tumultuem. Em suma, definiu a sua posição de um centro renovador e liberalmente progressista, por isto mesmo preocupado com a disciplina consciente e a liberdade responsável.

Quanto à guerra na África, é também matéria de compromisso. Ele já disse tudo quanto cabia dizer. Para cumprir o que se propõe, precisará da compreensão dos brasileiros, e por isto foi duplamente auspicioso que o Brasil tenha sido o primeiro país a reconhecer o governo da Junta de Salvação Nacional. Precisar a compreensão da ONU, onde não podem doravante prevalecer moções irresponsáveis, votadas por governos que não podem (e alguns nem querem) mais do que esses pronunciamentos retóricos que a nada conduzem senão ao descrédito da própria assembléia mundial de governos. Precisar a compreensão dos próprios guerrilheiros, nem todos animados unicamente por um patriotismo africano ou um propósito racista, que é negação da própria razão de ser do Brasil.

Até aqui, tudo bem, conforme previsto. O capítulo da África virá a seguir, quando em Portugal o poder estiver seguro em suas novas bases — a vontade soberana do povo, dentro da lei legitimamente votada, do respeito às minorias e da submissão do governo à vontade da maioria apurada pelos processos do voto universal, direto e secreto, cuja perfeição é sempre menor do que a perfeição das ditaduras. Pois é mais difícil assustar um povo do que assustar um único deputado, é mais difícil comprar um voto do que um milhão, é mais difícil "enganar alguns todo o tempo do que a todos, todo o tempo".

A máquina da ditadura portuguesa, contra a qual Marcelo Caetano ensaiou alguns aperfeiçoamentos de que logo recuou, por não saber ousar e, talvez, por falta de convicção, vai juntar-se à sucata em que acabam todos os complicados e infalíveis mecanismos autoritários da História. Em seu lugar se esboça, tateante e jubilosa, como um convescente que reaprende a andar, um sistema democrático. Como se diz à dona-de-casa em Portugal, ao fim de um repasto hospitaleiro, com um beijo respeitoso: "Bem haja."

Bem haja por Portugal, que depois de descobrir mundos acaba de redescobrir a liberdade, sem a qual eles se tornam inabitáveis. E por isto a primavera ali, este ano, tem mais flores do que nunca.